



MA
Aida

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

ATA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASTÊLO DA MAIA DO ANO DE 2020 -----

Aos 28 dias de dezembro do ano de 2020, pelas 21:30 horas, reuniu no Auditório da Junta de Freguesia situado na Rua S. Salvador de Gondim, a Assembleia de Freguesia de Castelo da Maia na sua terceira sessão ordinária referente ao ano de 2020, conforme edital de 18 de dezembro. Foram registadas as presenças e dado a conhecer o pedido de substituição da deputada Filipa Rafael, primeira secretária da mesa, foi substituída pelo senhor deputado João Loureiro que assumiu as funções de primeiro secretário. Foi igualmente registado o pedido de substituição da senhora deputada Maria Elisabete Areosa, substituída pelo senhor deputado António Henrique, a senhora deputada Alexandrina Santos foi substituída pela senhora deputada Aida Soares que assumiu as funções de segunda secretária, a senhora deputada Júlia Rocha foi substituída pelo senhor deputado Joaquim Cardoso.

Todos os deputados presentes assinaram a respetiva lista de presenças.

No ponto 1: Período antes da ordem do dia

No ponto 1.1 foi apreciada e votada a ata da Sessão da Assembleia de Freguesia de 22.09.2020.

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na última reunião, após realizadas as devidas alterações.

No ponto 1.2-Período reservado para intervenção do público- inscreveram-se os senhores Rute Moreira, António Duarte, Armando Pacheco, António Oliveira, Nuno Arada, Carlos Assunção e Sara Ferreira.



AA
Ade
J

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

A senhora Rute Moreira começou por agradecer à junta pelo apoio prestado à colocação da passagem pedonal, informando que recebeu resposta da Câmara relativamente à mesma intervenção, não dizendo nada de concreto. Sublinhou que a passagem superior não está feita para carros, está feita só para pessoas, solicitando que haja mais atenção em futuras obras. Pediu que os elementos do executivo passem pela freguesia, passem pelas ruas da freguesia, percebam o que está a faltar e onde se está a falhar. É um dever de todos não voltar a acontecer a mesma coisa e ficar a população dividida, a freguesia partida a meio e as escolas sem acessos. Questionou de seguida se, com esta passagem pedonal, com estas novas obras, os acessos ficarão como estão. Não há passeios, não há luz. Verifiquem, por favor, esta questão na Via Diagonal, em Fonte Cova e na Rua de Avioso. Seguidamente pediu para que fosse verificada a passadeira à saída da rua da escola, a Rua Professora Idalina Quelhas, em direção à Rua Serafim Cruz, na qual não se conseguem ver os carros, por causa das árvores. Pediu ainda para que fosse verificada a sinalização do Stop, que não é visível, na Rua da Marcela com a Rua Central de Calquim. A mesma questão ocorre na Rua de Porto Bom com a Rua do Rio, com o sinal de cedência de passagem. Posteriormente solicitou que fosse tentado o regresso do autocarro 600 a Gondim, vem faz o circuito da Rua do Gestalinho, entrando na Rua Central de Vila Verde, Rua Central de Calquim, Rua Serafim Cruz e Rua do Avioso e volta novamente à Rua de Vila Verde. Em seguida sugeriu a hipótese de ser feita a requalificação das margens do pequeno rio que atravessa a freguesia, dando espaços de lazer à população.

O senhor António Duarte principiou por referir que iria abordar temas semelhantes à senhora Rua Moreira, como por exemplo o caso do Souto da Marcela, sugerindo a implantação de uma meia-lua para afastamento do trânsito e se calhar um triângulo para obrigar o trânsito que vem do Gondim a parar. Considerou que se trata de uma zona rápida, sem condições, e que gera uma situação de perigo. Apontou também para a Via Diagonal, no cruzamento da Rua da Igreja, questionando se lá serão



AA
Arde
/

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

colocados semáforos ou uma rotunda, porque não oferece segurança. Seguidamente informou que o autocarro, quando vai a Barca, faz inversão de marcha e estaciona ao pé do alambique, ficando depois parado a cumprir horas para poder arrancar. Apontou que faria todo o sentido ir a Gondim, considerando ainda que poderia ser colocada uma paragem junto à passagem pedonal. Ainda sobre a questão do autocarro, considerou que a Maia tem uma obrigação de ser muito mais interventiva e poder também gerir esta situação com a Maia Transportes porque, efetivamente a Maia Transportes desde que tomou posse nunca serviu aquela localidade com o devido respeito. Completou, afirmando ter noção de que, economicamente, não é viável para um privado poder explorar aquela zona, mas que os STCP têm estrutura. De seguida perguntou se já existe nome para o desvio da Rua do Avioso e da Rua Serafim Cruz. Sobre a passagem superior de peões, avisou que há dias já em que se começa a aferir alguma movimentação mais complicada para os habitantes. Sugeri dar conhecimento à guarda, para ir passando de vez em quando, anulando assim alguma intenção das pessoas se fixarem ali, evitando criar algum hábito de tráfico ou alguma situação que não é boa para ninguém.

O senhor Armando Pacheco considerou que a passagem superior está minimamente aceitável, faltando apenas iluminação. Lembrou depois, sobre o autocarro, que há 15 anos, em conjunto com outros elementos, fez um baixo assinado que foi enviado para a Câmara. Seguidamente levantou a questão dos peões na Via Diagonal, perguntando por onde passam. Terminou dando conta que o jardim exterior tinha sido aparado no dia porque havia assembleia.

O senhor António Oliveira principiou, levantando a atenção para a Via Central de Gondim, na qual foi realizada uma intervenção, para as pessoas poderem aceder aos pontos opostos, quer da Via Diagonal ou da zona mais próxima do cemitério. Nesse seguimento, alertou que são as únicas duas passadeiras que existem na via, separadas por 150 metros, sendo necessário uma melhor solução para aumentar a



A Arada

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

segurança. Apontou ainda, na mesma via, a existência de um terreno coberto de lixo há muito tempo.

O senhor Nuno Arada começou por aclarar que iria falar de um assunto já bastante discutido - a passagem pedonal da nova variante. Apontou que esta acaba por ter passeios, no entanto a ligação não tem passeios, apesar da proximidade a uma escola. Perguntou então de quem era a responsabilidade dos acessos. Relativamente aos transportes públicos, tendo sido abordada a possibilidade do 600 ser estendido até Gondim, sugeriu que a camioneta 25 da Maia Transportes possa agir em colaboração. Sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano proposto pela Câmara da Maia, questionou se este vai ter implicações na futura construção ou não de acessos pedonais, na passagem superior, na Via Diagonal, na principal ou nas ruas paralelas.

O senhor Carlos Assunção começou por considerar que a reivindicação pela passagem superior foi justa e ficou feliz que a Câmara Municipal que o tenha feito, achando que valeu a pena e que mostrou o poder municipal. Posteriormente levantou o problema da Rua de Vilarinho de Baixo e toda a zona, que acabam por ser variantes à EN14, com muito trânsito que não era necessário passar por lá. Sugeriu que a junta considere a interdição de camiões na rua Vilarinho de Baixo, exceto para as empresas locais e, claro o serviço de recolha de lixo. Passando para a Rua Central de Cancelões, deu conta da existência de uma zona junto das entradas do Parque de Avioso, onde os serviços de limpeza que estão contratados não limpam. Sobre a via pedonal da Maia até Mandim, que vai continuar até à zona Castelo, perguntou qual o seu traçado. Questionou ainda a eventualidade do Metro que vai até ao ISMAI ser estendido até ao Muro.

A senhora Sara Oliveira, na qualidade de presidente da Associação de Pais da Escola Secundária do Castelo, deu conta que a sua grande preocupação é a falta de passeios



AS
Arde

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

na zona envolvente à escola, frequentada por cerca de 1200 alunos. Há imensos alunos a circular a pé, em locais onde não há passeios, tendo de circular na própria via ao lado dos carros. Considerou que se trata de uma situação grave, que é preciso resolver e rapidamente, não se podendo ficar à espera que haja um acidente, que haja uma criança magoada para depois se fazer os passeios. Perguntou por fim se pode contar com a Junta de Freguesia para a construção dos passeios ou para fazer pressão com quem de direito.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que respondeu. Começando com a senhora Rute Moreira, disse acreditar que apesar de todas as vicissitudes, foi efetuada uma obra que revela uma certa eficácia embora ainda existam algumas lacunas, tais como a questão da luz pública e a questão dos passeios. Em termos do acordo efetuado, a responsabilidade da obra ela pertence à IP, garantindo mesmo assim ter a maior condescendência no sentido dos problemas de quem lá vive. No tocante à questão que do senhor António Duarte, explicou que se trata de um problema que vai ser colocado e é da responsabilidade da Câmara. Sobre o stop, o problema já foi colocado à Câmara da Maia, comprometendo-se a insistir, agradecendo que esses assuntos sejam dados a conhecer para serem resolvidos o mais rápido possível. Sobre o autocarro, pediu ao senhor Eugénio Teixeira para o abordar, uma vez que faz parte dos quadros dos STCP. Mesmo assim, deu conta que até há pouco tempo era quase impossível resolver o problema, na medida em que havia no Castelo empresas de camionagem ou empresas de autocarros que tinham preferência, tendo de ser consultadas sobre qualquer carreira na sua área de ação. Atualmente essa situação está ultrapassada e há um novo modelo de gestão. Mesmo assim, lembrou que a Câmara da Maia já em tempos colocou um autocarro gratuito, a percorrer o concelho, e teve de fechar essa carreira por falta de utilizadores. Quanto à questão das zonas verdes, muitas vezes o município fica estupefacto relativamente à atuação de outras empresas que têm contratos de limpeza e manutenção dessas zonas. Fica a impressão que há pouca



A Aida
b

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

fiscalização ou abuso por parte das empresas que ganham os contratos e que depois que não os cumprem. Relativamente à Via Diagonal, está prevista a instalação de semáforos aquando da intervenção da Rua Central de Gondim, sendo um assunto que está presente até porque já foi abordado pelo senhor deputado Fernando Ferreira. Sobre a passagem pedonal, deu conta da intenção de expor a situação à GNR, à semelhança de alguns problemas recorrentes, nomeadamente na Real Castelo, no Monte Santo Ovídio e noutras zonas um pouco mais escondidas. Quanto ao senhor Armando Pacheco, explicou que o jardim é da responsabilidade da Câmara. Ao senhor António Oliveira explicou que a rua faz parte do programa da Operação Pavimentos, que já começou, estando prevista a sua intervenção. Em Gondim e em Barca há uma série de ruas a ser intervencionadas, com construção de passeios, estando a Junta da Freguesia a desenvolver um programa que visa dotar várias zonas com cerca de 3 mil metros de passeios. Ao senhor Nuno Arada, esclareceu que o PEDU não está ligado às zonas pedonais e à construção de passeios. Trata-se de um programa que contemplava benefícios fiscais. Ao senhor Carlos Assunção informou que vai deixar de existir circulação no sentido ascendente, São Pedro de Avioso/Guilhabreu. Acrescentou que não vem até à igreja porque a intenção era cortar não só na Rua de Vilarinho, também na Rua Engenheiro Frederico Ulrich, existindo a hipótese de fazer uma circulação com a Belmiro de Azevedo. A intenção é tentar reduzir ao máximo o trânsito de passagem pela igreja. Com o que foi conseguido ainda é possível utilizar a Rua de Vilarinho, mas quando chegam à Igreja não pode subir e então ou seguem para a Nacional 14 ou vão à Carriça ou ao Monte Grande. Sobre a limpeza, afirmou já ter dado a indicação, lamentando que sobretudo as zonas mais recônditas acabem por recorrentemente ficar esquecidas. Sobre o eco caminho, sugeriu que vai continuar de Mandim direto ao Castelo, usando o canal do caminho-de-ferro, com as mesmas condições e que a intenção é começar já no início do ano. Sobre o metro, antes desta pandemia a Junta foi abordada pela Junta do Muro para se associar a uma manifestação que o Município da Trofa iria promover, no sentido de sensibilizar a chegada do metro até à Trofa. O que era



AA Ardega

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

conhecido antes disso, é que a Área Metropolitana do Porto estava a tentar convencer o Presidente da Câmara da Trofa a aceitar que o metro fosse até ao Muro e que do Muro para a Trofa existissem, com os mesmos horários do metropolitano, autocarros elétricos. O Presidente da Câmara da Trofa estava reticente em aceitar a situação e por isso convocaram essa manifestação. Entretanto, com a pandemia, a situação não teve evolução. A senhora Sara Ferreira, revelou que está contemplada uma segunda passagem pedonal para a zona escolar, na segunda fase da variante. Explicou que a freguesia está a tentar antecipar, uma vez que já está a decorrer o concurso público. Deu conta que a Junta não é capaz de resolver sozinho o problema dos passeios no local, mas que já demonstrou preocupação, não tendo até agora recebido qualquer indicação. Deu ainda conta que já apontou, junto do Senhor Presidente da Câmara, a necessidade de saber o que está previsto neste aspeto, sendo um assunto que será colocado sempre que haja reuniões.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor Eugénio Teixeira, tesoureiro da junta, para prestar esclarecimentos. O senhor Eugénio Teixeira começou por esclarecer que a STCP, e ele próprio enquanto parte operacional, realizou algumas propostas no sentido de alterar algumas linhas, nomeadamente a 600 e uma das propostas passava pela ida ao Centro do Castelo da Maia, mais concretamente ao mercado, passando pelo Centro de Saúde, pelas escolas e invertendo a marcha na rotunda junto ao Santander. No entanto, a legalidade passa por autorização da tutela, que ausculta todas as entidades de transportes que circulem na zona e, se eventualmente, houver uma entidade que não autorize, a STCP não pode operar. Lembrou que a STCP só tem exclusividade dentro da cidade do Porto. Sendo assim, não foi até agora possível andar três quilómetros e servir mais uma parte da população. Recordou então que a STCP ainda não passou para as Câmaras, porque primeiro tem de receber milhões de euros. Só depois é que parte da gestão geral poderá ser diferente e as Câmaras terão uma intervenção mais ativa. Deu conta de ter falado com o senhor presidente da Câmara Municipal da Maia, no sentido serem



AA
Aids

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

feitas correções a nível do concelho. Não obstante, garantiu depois que a freguesia está atenta e tudo fará para que o 600 possa servir melhor o Castelo da Maia.

No ponto 1.3-Outros assuntos- inscreveram-se os senhores deputados Augusto de Jesus, Armindo Moutinho, António Henrique, António Peixoto, Fernando Ferreira, Marco Correia e José Eduardo Azevedo.

O senhor deputado Augusto de Jesus começou por chamar à atenção da senhora Presidente que esta não tem procedido às advertências necessárias ao público, principalmente em casos de intervenções de representantes de forças políticas, sublinhando que se necessário pode inclusive ser-lhes retirada a palavra. Pediu que seja tido em consideração o tempo estipulado para as intervenções, lembrando que na sessão anterior foi permitida linguagem agressiva e outras que incitaram até a violência. Dirigindo-se ao senhor deputado Fernando Ferreira, afirmou ser um homem do Castelo, conhecedor dos locais e das gentes. A propósito de uma intervenção anterior, disse que o deputado tem pensamentos fascistas e parece que ainda vive no tempo do fascismo. Afirmando-se uma pessoa educada, aconselhou o deputado a escolher melhor as palavras.

O senhor deputado Armindo Moutinho começou por lamentar que a Junta de Freguesia tenha cemitérios abertos mas mantenha os sanitários fechados, levando a que pessoas tenham de urinar contra o milho. Confirmou que verificou no local a situação, tendo a corroboração do senhor Adriano Correia. Considerou que a mesma pessoa que abre e fecha o cemitério, pode fazer o mesmo com os sanitários. Seguidamente lamentou igualmente o encerramento do cemitério, no dia dos fiéis, dizendo que a Covid não é explicação e contando que houve uma reunião com a Câmara Municipal, em que não foi atendida a sensibilidade do que as pessoas desejam. Deu o exemplo de um autarca mais velho, o mais velho autarca da Maia, a dizer “na minha freguesia os cemitérios não são encerrados, eu assumo a



AA Aids
/

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

responsabilidade". Deixou assim uma crítica direta à Junta de Freguesia, que prestou mau serviço à comunidade e não respeitou os seus valores nem a sua vontade. Considerou porem que a coroa colocada no portão do cemitério minimizou a gravidade do gesto. Seguidamente falou da envolvente do Estádio, da requalificação dos passeios com guias em granitos, pedindo para que a obra seja verificada, porque envergonha a Câmara da Maia e não dignifica a Junta de Freguesia. Sobre a passagem pedonal, questionou qual seria o agravamento do investimento se fosse feita uma passagem que contemplasse também a circulação de automóveis.

O senhor deputado António Henrique apelou a que a Junta, com os meios que tem, faça mais divulgação das coisas acontecem, acrescentando que o sítio está muito desatualizado e a informação não está circular bem. Sobre a variante afirmou que continua o caos no Castelo, apelando à criação dos passeios ainda não existem, por exemplo na EN14 até ao Auchan. Apontou ainda que frequentemente, em obras de estradas novas ou pavimentos, há esquecimento da colocação de água e saneamentos. Depois ficam grandes buracos, meses a fio, que danificam os carros.

O senhor deputado António Peixoto iniciou com a referência à variante à EN14, feita com muitos erros que todos, quer público, quer população, levantaram, nomeadamente a questão das saídas e das entradas, do piso em mau estado e da falta de passeios junto às escolas. Afirmou então que este não é um problema só da IP, é um problema da Câmara Municipal da Maia, que não deveria ter dado a licença de autorização da abertura da via sem estarem os acessos feitos. Perguntou de seguida de o senhor Presidente da Junta de Freguesia tem levantado estas questões nas reuniões com o senhor presidente da Câmara Municipal. Lembrou que é preciso continuar a defender as pessoas que vivem na zona nascente da freguesia de Castelo. Pediu igualmente para que o senhor presidente da Junta de Freguesia continue a insistir para que seja feito viaduto, principalmente para os jovens e para os idosos. Recordou que grande parte do trânsito agora ou vai pela Rua da Igreja ou vai pela



AM Aug

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Rua da Marcela, assegurando que aquelas estradas estão em muito mau estado, solicitando que a Câmara comece as obras com prioridade. Já na Rua da Liberdade com a Rua do Porto Bom, as chuvas fortes alagaram a zona e com o trânsito, as pessoas a passarem a pé estão sujeitas a levarem um banho. Terminou com a localização da paragem do autocarro, no novo acesso, aliado à Rua Padre Abílio Sampaio perto do Auchan. Apontou que a paragem não mudou, estando num descampado.

O senhor deputado Fernando Ferreira começou por dirigir-se ao senhor deputado Augusto de Jesus dizendo que o tem como um homem inteligente e um cidadão inteligente, independentemente da família política. Afirmou ver que não entendeu o que quis dizer com um tipo de insinuação que era típica do Estado Novo de antigamente. Esclareceu que não chamou o senhor deputado Augusto de Jesus de fascista. Garantiu que apesar de não conhecer tanta gente como o senhor deputado Augusto de Jesus, quer defender o Castelo da Maia. Declarou fazer política no executivo como na oposição, exatamente da mesma forma, olhando para aquilo que são os interesses da terra, seguindo aquilo que são os princípios ideológicos do partido. De seguida abordou os semáforos da Rua da Igreja com a Via Diagonal, considerando um local cada vez mais perigoso, por força do trânsito que tem fugido às principais vias. Chamou a atenção para a circulação de peões junto à escola e da falta de passadeiras junto às novas rotundas. Pediu seguidamente para que fosse repensado o sentido único da rua da escola secundária, fazendo chegar a informação ao gabinete de planeamento do território da Câmara Municipal, por ser possivelmente necessário abrir os dois sentidos na via. Por fim, apontou que na intervenção anterior, o senhor Presidente da Junta de Freguesia se lamentou que a freguesia é demasiado grande, questionando se está em causa o pontapé de saída para um processo de desagregação de freguesias.



AA
Ards

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

O senhor deputado Marco Correia arrancou com um elogio à participação do público na Assembleia de Freguesia, de forma construtiva e que dá oportunidade ao Executivo de conhecer problemas. Lembrou que quando é estabelecido o orçamento de uma junta de freguesia e quando é estabelecido o número de membros do Executivo, tal é com base no número de eleitores, mas este critério não devia ser suficiente. Explicou que, por exemplo, a freguesia de Cidade da Maia tem muito mais população, mas tem uma capacidade de gestão dos arruamentos completamente diferente pela sua geografia. Apontou depois que as pessoas que estão a fazer a principal oposição são muitos deles autarcas experientes, que já tiveram funções autárquicas executivas, portanto sabem perfeitamente que para além de uma gestão corrente numa Junta de Freguesia, a Junta não consegue tomar uma decisão por livre espontânea vontade sem ouvir mais nenhum órgão, ou porque é o Ministério do Ambiente, ou porque agora a IP que falamos na questão da variante à nacional. Logo de seguida lembrou que no Plano e Orçamento para 2021 tem uma série de obras feitas pela Câmara Municipal no território da freguesia, contrariando a ideia que a Junta não tinha peso político. Lembrou ainda as entrevistas em que foi abordada a obra da variante, tanto sobre a construção da passagem superior, como da exigência por parte da Câmara da continuação dos acessos pedonais, passeios e infraestruturas. Apontou por fim que, quando se começam a aproximar as eleições, há discursos que já não batem certo recomendou a todos que estejam atentos e continuem a participar como têm feito até então.

O senhor deputado José Eduardo Azevedo começou por se ao senhor presidente da Junta de Freguesia, agradecendo o facto de aceitar as sugestões que são feitas pelas autoridades de saúde, compreendendo perfeitamente que todos gostamos de velar os mortos e respeitando muito isso. De seguida sublinhou que o senhor presidente da Câmara Municipal disse que iria fazer era obrigar a IP a fazer as alterações, sendo que o que foi executado não foi o inicialmente projetado e que todos percebem que não está bem. Reforçou que o senhor presidente da Câmara pretende tentar que a IP



AS
Aide

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

se responsabilize e altere a obra que ali está feita, porque nem sequer se consegue pôr passeios devido aos railes, e as passadeiras nem sequer fazem sentido. Garantiu que o senhor presidente da junta está atento, ajudando o executivo municipal a pressionar a IP e, não sendo possível, executar as alterações em parceria com a Câmara Municipal. Aclarou que, ao contrário do que foi dito na Assembleia, é impossível À Câmara da Maia impedir a abertura da variante, podendo apenas levantar problemas, mas nunca proibir a circulação de veículos sob pena de estar a cometer um crime de desobediência. Apelou por fim à senhora presidente que haja liberdade de fazer discussão política, não ultrapassando obviamente o tempo que está afixado pelo regimento.

O senhor deputado António Peixoto usou do direito de resposta, para detalhar ao senhor deputado Marco Correia que o que havia sido dito era que o presidente da Câmara disse, na última Assembleia Municipal, que ia propor os trabalhos à IP, mas que se eles não avançarem com as obras, teria de ser a Câmara a avançar com as obras. Afirmou que no problema entre a Câmara e a IP, toda a população vai sofrer e que não sofre são eles. Lamentou então que num assunto que tem anos e anos, sejam PS ou PSD os nossos políticos, só agora se estejam a discutir acessos, passeios, arranjos urbanísticos ou pontes, quando deveriam ter sido discutidos há muito.

O senhor deputado Armindo Moutinho prestou esclarecimentos, apontando que há regras na Assembleia que ditam que as inscrições são feitas antes da intervenção do primeiro deputado, tendo havido um senhor deputado que se inscreveu durante a sua intervenção.

O senhor deputado José Eduardo Azevedo usou da defesa da honra, elucidando que efetivamente não se inscreveu de início porque teve de se ausentar. Alertou que se ausentou e as casas de banho estavam fechadas, tendo sido esse o motivo.



W
A da

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que respondeu. Começou por dizer que respeita todas as opiniões que chegam, desde que elas tenham algo construtivo, algo útil para a freguesia. Sobre as casas de banho, explicou que os horários dependem das decisões tomadas, da civilidade das pessoas e das limitações relacionadas com a pandemia. Comprometeu-se a reavaliar o assunto, na procura de uma solução mais aceite por todos. Sublinhou ainda o respeito pelas orientações devidas, não querendo divulgar informações ou discussões entre presidentes de Junta, apontando mesmo assim que acha perfeitamente lamentável que haja quem fure aquilo que foi acordado por todos. O facto de alguém ser o autarca mais antigo não lhe dá um direito diferente dos outros. Dá-lhe, talvez, o mesmo dever de respeitar aquilo que foi acordado entre todos. Sobre as guias de cimento, aclarou que um dos aspetos de funcionamento da operação pavimentos é a repavimentação de várias vias, algumas delas com o aproveitamento dos cubos e outros materiais, desde que com condições satisfatórias. Garantiu que já se deslocou ao campo de futebol para ver o pavimento com um abatimento, ou buracos, tendo já reportado a situação ao técnico responsável. Sobre o escoamento da variante, disse ter de esperar para ver, não conseguindo para já calcular o efeito, podendo obrigar a uma tomada de posição. Sobre a questão dos passeios na EN14, infelizmente, mesmo que os queiramos fazer não o é permitido à Junta. Quanto à questão dos buracos que ficam após as intervenções, muitas das vezes o serviço não fica feito e nós a Junta não tem culpa nenhuma. A culpa é do empreiteiro que gere a zona dessa forma. Posteriormente, dirigindo-se ao senhor deputado António Peixoto, disse estar plenamente de acordo na questão dos passeios nas esolas, supondo que a outra zona pedonal, que estará prevista para essa área, não reduz na Rua do Avioso, mas na Via Diagonal também se resolve a questão, porque de resto já existem passeios em toda a volta da escola. Sobre os sentidos da via, há a promessa de ser estudada essa situação mas, para não fazer uma intervenção muito profunda e muito radical, será feita a parte que foi feita até agora e depois, eventualmente, será ajustada à possibilidade de transformar em dois sentidos. Ao senhor deputado Fernando



Adg

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Ferreira, apontou que terá compreendido mal quando falou em locais recônditos, falou de uma constatação real, na qual a junta tem de saltar para o terreno e fazer um trabalho que é parte dos outros.

Aos senhores deputados Marco Correio e José Eduardo Azevedo, deixou a mensagem de que a gestão, porventura às vezes de uma coisa que parece singela e simples, torna-se complicada, sendo que não iria acrescentar nada perante uma plateia de elementos que têm uma vasta experiência nesse aspeto, e que porventura possam querer dar à sua vertente política, muitas das vezes as dificuldades que equacionam estes problemas.

No ponto 2: Período da ordem do dia

No Ponto 2.1- Informação do Sr. Presidente de Junta sobre a atividade da mesma e sobre a sua situação financeira;

Neste ponto foi dada a palavra ao senhor Presidente de Junta, tendo este prescindido. Inscreveram-se os senhores deputados Fernando Ferreira, Armindo Moutinho e António Henrique.

O senhor deputado Fernando Ferreira começou por explicar que a intervenção vinha na sequência de outras intervenções, noutras assembleias de freguesia, desde o início do mandato, focando a necessidade e importância da separação daquilo que é obra da câmara municipal da Maia e que é obra da junta de Freguesia. Assim, questionou se a pavimentação da rua do campo de futebol em Barca e a pavimentação da rua das Bicas e entroncamento eram iniciativa da Junta ou da Câmara. Neste momento o senhor presidente da junta de freguesia interrompeu, para esclarecer que ambas eram da responsabilidade da Junta de Freguesia. Prosseguiu o senhor deputado Fernando Ferreira, dizendo-se satisfeito por saber, dando os parabéns à Junta, colocando uma questão referente a quem



AA
Aida

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

procedeu à desinfeção constante do último ponto, no último parágrafo, em que se lê “procedeu-se à desinfeção de vários locais públicos mais frequentados, tais como igrejas, cemitérios, supermercados, centros de saúde, mercado municipal, etc. para atenuar o efeito de contágio de população”. Novamente o senhor presidente da junta de freguesia interrompeu, para esclarecer que foi a Junta de Freguesia. O senhor deputado Fernando Ferreira, dizendo-se satisfeito, terminou a intervenção.

O senhor deputado Armindo Moutinho felicitou as obras que realizadas, destacando a preocupação que houve com a higienização dos cemitérios e a excelente requalificação das gavetas dos ossários. Deixou a expectativa que a preocupação se estenda à iluminação interna nos cemitérios.

O senhor deputado António Henrique deixou um alerta para o plano das obras públicas, que é a necessidade de intervenção nas ruas cheias de buracos, deixando um alerta que há mais ruas que identificou como degradadas, além das que constam do documento.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da Junta de Freguesia, tendo este prescindido de prestar esclarecimentos.

No Ponto 2.2- Apreciação e votação da proposta para a aceitação da transferência de competências do Município da Maia para a Freguesia do Castelo da Maia, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para a autarquias locais e entidades intermunicipais) e do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril (Decreto-Lei que concretiza a transferência de competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias).



AA Adg
7

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que se pronunciou sobre este assunto, explicando que a passagem continua a ser parcial e ainda antes da negociação final, que era para ser até março de 2021, tudo apontando para que fique suspensa uma vez que vão existir eleições. Acrescentou ainda que essa foi a afirmação pública do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, sendo que a não acontecer o presente, ficariam privados da atualização da votação relativamente a mais um ano. Neste caso foi uma forma encontrada mais pacífica de transferir pequenas competências para a Junta de Freguesia, no sentido de ela poder ser dotada num valor superior que estava a ser até então.

Neste ponto inscreveram-se os senhores deputados Fernando Ferreira, António Peixoto e José Eduardo Azevedo.

O senhor deputado Fernando Ferreira questionou se a transferência é só de competências, e se as responsabilidades são da Junta ou são da Câmara. Isto é, quem é o responsável no caso de as tarefas não ficarem bem-feitas. Alertou que sempre ouviu dizer que a responsabilidade não se transfere para ninguém. Uma coisa é transferir as competências, outra coisa é a transferência das responsabilidades. O senhor presidente da Junta de Freguesia esclareceu imediatamente que no documento tudo o que está a negrito passa para a competência da Junta. No caso de as tarefas não serem bem executadas, o responsável terá de ser a Junta, a menos que seja uma situação que não seja possível ter meios de resposta, considerando a transferência de responsabilidades uma questão pertinente que ainda não tinha colocado.

O senhor deputado António Peixoto começou por perguntar o que acontece se a proposta não for aprovada na assembleia. Explicou que que não é de bom termo a proposta só ter chegado à assembleia nesse dia, dado ter sido já aprovada pela vereação da Câmara Municipal da Maia e pela Assembleia Municipal da Maia.



AA
A ds

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Disse ser da opinião que a proposta deveria ser aprovada pela Assembleia de Freguesia e só depois a Assembleia Municipal se devia pronunciar. Apontou ainda que gostaria que as transferências fossem muito maiores para uma freguesia com vinte quilómetros quadrados. O senhor presidente da Junta de Freguesia esclareceu imediatamente que caso não seja aprovada não é ratificada e que a proposta foi aprovada por todos os Presidentes de Junta, havendo acordo sujeito à aprovação das Assembleias.

O senhor deputado José Eduardo Azevedo começou por abordar a questão da responsabilidade, afirmando não ter conseguido perceber o alcance da responsabilidade relativamente à aceitação das competências ou à transferência das mesmas. Deu como exemplo uma estrada na qual os arruamentos estão condicionados. Transferida a competência da limpeza desses arruamentos para a Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia seja qual for o motivo não a limpa ou limpa mal fica a questão a quem pode ser pedida a responsabilidade. Declarou que esta é uma proposta de aceitação, até mais, uma proposta de rejeição de competências porque estas são as competências que o estado central por lei determinou delegar nas freguesias e é sabido que nenhuma freguesia está preparada num mês para aceitar este tipo de competências. Mais ainda, afirmou que é sabido perfeitamente que nunca o estado determinou envelope financeiro para atribuir a uma freguesia que necessitaria, para cumprir estas competências, triplicar o seu pessoal, de adquirir máquinas e de fazer contratos de serviços. Terminou, asseverando que na parte em que a Junta aceita a competência, a transferência, é responsável e terá que o ser. No restante, julga não haver outra alternativa senão aceitar estas transferências e daí o voto a favor.

Foi dada a palavra ao senhor presidente de junta, tendo este prescindido de prestar mais esclarecimentos.



A Aida
/

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

O documento foi colocado para aprovação. Foi aprovado por maioria com 5 abstenções da coligação “Um Novo Começo”.

No Ponto 2.3- Verificação das condições da manutenção do exercício de funções de um 2.º vogal da Junta de Freguesia em regime de meio tempo para o ano de 2021;

A senhora presidente concedeu a palavra ao senhor presidente da junta, tendo este prescindido.

No Ponto 2.4- Apreciação e votação da proposta das opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para o ano de 2021.

A senhora presidente concedeu a palavra ao senhor presidente da junta, que prestou esclarecimentos. Em primeiro lugar, explicou que existem dois ou três comentários a fazer e que uma boa parte da proposta relativamente ao plano de atividades contempla algumas repetições que advêm dos anos anteriores. Concretamente apontou o Mercado do Castelo da Maia, transmitindo que a Câmara alterou o fundamento que contemplava a questão do edificado, que seria gerido por uma entidade pública, neste caso, a Câmara ou quem ela indicasse, sendo que no corrente mandato a opinião foi invertida. Apontou a expectativa de que a obra seja colocada a concurso, durante o primeiro trimestre do próximo ano, sendo feito um caderno de encargos para abrir um concurso para entidades privadas, que terão direito de fazer um contrato a médio prazo, contemplando residentes e, se possível, a abertura diária, por forma a ser rentável. Mencionou de seguida a requalificação do edifício do João da Requeira, que de facto contemplava algumas das ideias da Junta, como por exemplo uma universidade sénior e uma oficina de santeiros. A demora teve um efeito nefasto, na medida em que a Trofa se assenhorou da produção de santeiros, embora de uma forma



AA Adg
/

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

pouco cordial. A verdade é que nos ultrapassaram, mas os santeiros tiveram origem aqui mesmo à beira e tiveram uma ramificação em São Mamede do Coronado, com a família dos Tedim e com a família dos Maias. Seguidamente referiu uma outra situação, recordando estar previsto fazer uma intervenção para dotar o edifício da Junta em Gemunde de um centro de dia, estando futurado um concurso que suporta 75% a fundo perdido. Deu conta de que quem concorrer e for ilegível nesta candidatura tem direito ao protocolo da segurança social, sendo uma situação que não se pode perder. Embora exista o risco de não ser contemplado, a lacuna poderá ser tapada com um acordo de contrato com a Câmara da Maia. Por fim, está na parte final o projeto para a Capela em Santa Maria de Avioso.

Inscreveram-se os senhores deputados Fernando Ferreira, Armindo Moutinho, Joaquim Carvalho, José Eduardo Azevedo e António Peixoto.

O senhor deputado Fernando Ferreira encetou afirmado que gostaria de colocar uma questão o enquadramento existente nas obras públicas, onde está referida a criação de vários arruamentos, e que se trata de uma lista extensa. Questionou pois se a despesa de capital e investimento, que resulta da transferência da Câmara Municipal, só está contemplada €96.702,80. O senhor presidente da Junta de Freguesia respondeu que só há a aprovar o Cemitério de Avioso com o contrato de programa que é o único. O senhor deputado Fernando Ferreira questionou então onde estava o valor para o restante das obras, devendo estar mencionado o valor previsto, perguntando se o executivo propõe obras sem saber quanto custam. O senhor presidente da Junta de Freguesia explicou que para as restantes está a decorrer o concurso público, dando conta que as rubricas são preenchidas com 100 euros, na quase certeza que durante o ano seguinte será contemplada a sua concretização, aplicando-se neste caso o mesmo princípio. Apontou exemplo do Mercado do Castelo da Maia e da capela



Arde
M
+

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

mortuária. Explicou ainda que não saber quanto custa e não ter a verba definida no orçamento são coisas distintas. O senhor deputado Fernando Ferreira prosseguiu, afirmando não ver como é que não existem orçamentos prévios que estabeleçam um valor para um determinado tipo de obra. Afirmou ter uma visão diferente e sublinhou a necessidade de ter valores para as coisas. O senhor presidente da Junta de Freguesia considerou a questão como um paradoxo, e que pretende que conste na informação aquilo que também pode acontecer na freguesia. O senhor deputado Fernando Ferreira apontou de seguida que as despesas correntes apresentam uma percentagem muito alta, sendo cerca de 71% de despesas correntes, comprometendo aquilo que são despesas de capital e o investimento que se espera fazer. Afirmou ainda que ter um grande saldo não é boa gestão, se as obras ficarem por fazer. O senhor presidente da Junta de Freguesia aclarou que a maior verba foi gasta na regularização de pessoal, sendo que foram todos promovidos. Declarou ainda que não havia outra forma. Mais ainda, acrescentou que uma boa gestão também passa por prever receita, por vezes da Câmara Municipal, para fazer face às despesas. O senhor deputado Fernando Ferreira terminou, mencionando que o orçamento revela dar pouca importância à proteção à família e à procura ativa de emprego e formação profissional. Trata-se de um orçamento que não reconhece o devido valor às iniciativas sociais ou às conferências, não tendo nenhum fundo de emergência para situações relacionadas com a atual pandemia. Referiu ainda ser um orçamento muito pouco preocupado com as questões mais atuais e sem a capacidade de preparar o Castelo da Maia para o futuro. O senhor presidente da Junta de Freguesia retorquiu, demonstrando que em várias rúbricas existem mais de vinte mil euros gastos na vertente social, tal como no apoio às escolas, nos cabazes de Natal ou no jantar de Natal. Acrescentou ainda que, associada aos Anjos da Noite, foram oferecidas 2629 refeições a custo zero. O senhor deputado Fernando Ferreira voltou a usar da palavra, para sublinhar que no PPI não há obras previstas para 2022, para 2023, para 2024, ou para 2025, demonstrando



Arde
AA
J

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

assim falta de visão de futuro, sendo o resultado do navegar à vista, não havendo planeamento nem projetos para o futuro. O senhor presidente da Junta de Freguesia terminou, dizendo que as propostas para futuro não estão inscritas no Plurianual por uma questão de respeito para com os vindouros.

O senhor deputado Armindo Moutinho começou por considerar impossível concluir todas as obras reivindicadas à Câmara Municipal da Maia, julgando mesmo assim não haver dúvidas que existe um bom esforço de acompanhamento. Deixou ainda um reparo, que julgou imediatamente corrigido, no referente à redução no subsídio de proteção à família, de dez mil euros para cinco mil euros. Evidenciou então que na rubrica 4040.12, é compensado pela iniciativa de âmbito social que se multiplica em 100%, passando de 12.500 para 25.000 euros. O senhor presidente da Junta de Freguesia esclareceu que está correto e usou a oportunidade para dar conta de uma rubrica em que a freguesia está a apoiar todos os vicentinos, ao fornecer valores para medicamentos.

O senhor deputado Joaquim Carvalho principiou por apontar que a Junta de Freguesia apresenta 15 atividades e nessas 13 são de obras, revelando um esquecimento do ambiente, cultura, ensino, formação profissional, mobilidade e ação social, entre outros. Afirmou tratar-se de um orçamento que representa 90% de obras de cimento, de betão, obras de cemitério ou obras de cimento e betão, não havendo lugar a valores para cultura, para ação social, pouco apoio para as instituições. Imputou que, de ano para ano, os orçamentos são cópias integrais dos últimos sete orçamentos, os mesmos valores, os mesmos saldos. Comparando os últimos sete orçamentos, verifica-se que não há novidade e que deve melhorar o sistema de gestão, o planeamento estratégico, a criatividade, a energia, a vitalidade para empreender mais. Perguntou onde estava a iniciativa no Orçamento Participativo. Sugeriu a aposta na qualidade de vida, promoção de estilos de vida saudáveis, sustentabilidade, smartcities, conectividade e



A:dg

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

desenvolvimento tecnológico, propondo para tal grupos de trabalho para a educação, grupos de trabalho para a formação, para a empregabilidade, para a juventude, para a terceira idade, para a segurança e para a comunidade. O senhor presidente da Junta de Freguesia começou por lamentar que a corrente de inspiração do senhor deputado tenha surgido tarde e que as questões das Festas de Santo Ovídio e da Feira do Fumeiro, foram vedadas porque não era possível fazer. Deu conta que estão a funcionar dois centros de dia, uma creche e um programa que é o chamado “Incluir Mais” para recuperar competências. Atirou ainda que o subsídio atribuído às coletividades também custa dinheiro, também tem âmbito social e um cariz especial.

O senho deputado José Eduardo Azevedo começou por dizer que a Freguesia deve ter muitas mais competências do que aquelas que são referidas na lei, mas, de qualquer das formas fica sempre um bocado admirado quando se pretende que uma freguesia assuma competências e atribuições que são da Câmara Municipal, como o orçamento da Freguesia. E pior, quando as assume gastamos duas vezes o mesmo dinheiro que é de todos nós. Gasta a Câmara e gasta a Freguesia. Assim, julga que o orçamento do plano, diz bem aquilo que a Junta de Freguesia se propõe a fazer durante o ano seguinte. Considera que apresenta um conjunto de atividades não só de betão, mas o betão é importante porque fica e perdura muito tempo e os outros executivos que vierem vão fazer bom uso dele e, se calhar não tem de gastar dinheiro nesse betão e podem gastar dinheiro nas outras atividades. Apontou aliás que o que normalmente é pedido, quer pelo público quer pelos membros da Assembleia, é mais betão. Considerou que este é um bom final de mandato, não sendo de maneira nenhuma um orçamento eleitoralista. Lembrou ainda que todas as despesas correntes contribuem de alguma forma para muitas atividades em termos sociais, que não estão descritos na rubrica que está no orçamento, até no caso de custos fixos da freguesia, quer com pessoal, quer com a aquisição de materiais e que não têm necessariamente



W
f
Kida

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

de estar nessa rubrica mas contribuem obviamente e que somam a tudo aquilo que é a ação social. Terminou, explicando que considera tratar-se de um orçamento correto, honesto e que prepara realmente a freguesia para os próximos anos, dando sustentabilidade às contas. Sendo orçamento responsável, a coligação Maia em Primeiro irá votar favoravelmente.

O senhor deputado António Peixoto comentou que as obras nos arruamentos e passeios são bastantes, sinal de que a Freguesia está bastante carenciada de arranjos nas obras públicas. Sobre cultura, desporto e atividades festivas, considerou não estar satisfeito, até porque neste momento é necessário muito apoio face à situação atual. Já no âmbito do PPI, evidenciou que o alargamento do cemitério de Barca deixou de surgir, questionando se o mesmo já foi abandonado.

O senhor presidente da junta prestou esclarecimentos. Iniciou com a explicação de que os 100 euros estão no orçamento para salvaguardar as rúbricas daquilo que é possível fazer, não querendo perder a oportunidade de não ter lá nada inscrito. Sobre o cemitério de Barca, admitiu que está pelo menos suspenso. Revelou então que o Senhor Presidente da Câmara não aceitou a proposta. A ideia passa por tentar arranjar um bocado de terreno do outro lado da rua, do lado de quem vem do Auchan e vira para a Igreja. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Eduardo Azevedo, declarou agradecer as palavras, não tendo mais nada a acrescentar.

O documento foi colocado para aprovação. Foi aprovado por maioria com 5 abstenções da coligação "Um Novo Começo".

Apresentou declaração de voto o senhor deputado Fernando Ferreira.

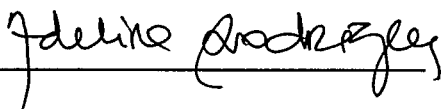


ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Sendo 01:39 hora do dia 29 de dezembro de 2020, a sessão foi encerrada e foi lavrada e lida a ata em minuta, a qual foi aprovada por **unanimidade**.

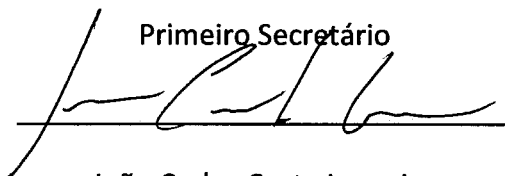
A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente



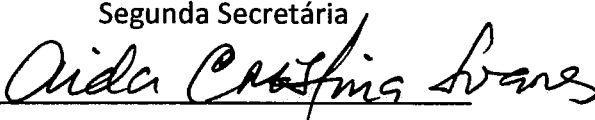
Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues

Primeiro Secretário



João Carlos Costa Loureiro

Segunda Secretária



Aida Soares